



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, junho/2001

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 7, n. 6, jun.2001. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 1,7 bilhão no mês de junho. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 793,3 milhões e R\$ 28,0 milhões, respectivamente. Com o resultado observado, o superávit registrado no ano atingiu R\$ 18,6 bilhões, equivalente a 3,18% do PIB estimado para o período de janeiro a junho deste ano.

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 1,7 bilhão em junho de 2001. O superávit acumulado no ano equivale a 3,18% do PIB.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2000-2001**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Mai 2001	Jun 2001	Jan-Jun 2000	Jan-Jun 2001
I. RECEITA TOTAL	23.404,5	20.928,0	112.510,2	131.806,3
I.1. Receitas do Tesouro	18.486,0	15.885,6	87.186,6	103.016,4
I.1.1 Receita Bruta	18.607,3	16.863,8	90.033,6	105.309,0
I.1.2. (-) Restituições	-104,1	-978,2	-2.329,5	-2.073,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-17,1	0,0	-517,5	-219,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.918,4	5.042,4	25.323,6	28.789,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.305,2	3.606,1	19.747,2	23.041,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	19.099,3	17.321,9	92.763,0	108.764,9
IV. DESPESA TOTAL	15.525,3	15.554,7	77.061,1	89.817,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.751,4	5.303,0	26.628,9	30.562,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.798,1	5.835,7	28.986,7	33.108,4
IV.3. Custeio e Capital	4.975,9	4.416,0	21.445,5	26.146,6
IV.3.1. Despesas do FAT	637,2	312,4	2.622,3	2.613,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	327,9	187,3	910,4	1.602,6
IV.3.3. Outras Despesas	4.010,8	3.916,3	17.912,8	21.930,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.574,0	1.767,2	15.701,9	18.947,2
V.1. Tesouro Nacional	4.453,6	2.560,5	19.365,0	23.265,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-879,7	-793,3	-3.663,0	-4.318,6
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-57,0	-28,0	-219,7	-308,6
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.517,0	1.739,2	15.482,2	18.638,6
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,99%	3,18%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receita Total	21,7%	22,5%
Transferências	3,8%	3,9%
Receita Líquida	17,9%	18,5%
Despesa Total	14,9%	15,3%
Resultado Primário	3,0%	3,2%

No ano, o resultado do Governo Central registra aumento correspondente a 0,2 ponto percentual do PIB, quando comparado ao desempenho de igual período de 2000. Contribuiu para esse resultado o aumento de 0,6 ponto percentual na receita líquida, em particular: i) receitas decorrentes de concessões de serviços públicos, sobretudo pelo direito de exploração dos serviços de telefonia celular; ii) de dividendos pagos à União, e iii) em menor magnitude, de ingressos decorrentes do Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

Do lado das despesas, verificou-se aumento de 0,4 ponto percentual do PIB, com destaque para os gastos com “custeio e capital”, 0,3 ponto percentual

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: jun2001/jun2000	
Receitas	17,2%
Tesouro	18,2%
Previdência	13,7%
Transferências	16,7%
Receita Líquida	17,3%
Despesas	16,6%
Benefícios	14,2%
Pessoal	14,8%
Custeio e Capital	21,9%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Tesouro Nacional	3,7%	4,0%
Previdência Social	-0,7%	-0,7%
Banco Central	0,0%	-0,1%
Governo Central	3,0%	3,2%

acima do registrado em 2000. Tal comportamento decorre do aumento dos gastos com ações voltadas para a área da Saúde, bem como daqueles destinados à cobertura de subsídios à agricultura e às exportações. A evolução das demais despesas de custeio e investimento reflete a vigência da regra do duodécimo, no primeiro quadrimestre de 2000, sem equivalência no atual exercício.

Com respeito à Previdência Social (RGPS), o déficit acumulado no ano manteve-se praticamente constante, em percentual do PIB, quando comparado a igual período de 2000. O menor crescimento da taxa de concessão dos benefícios, reflexo da Reforma da Previdência Social, e o incremento de 14,4% nas receitas líquidas foram determinantes para tal resultado. Do lado das receitas, observou-se crescimento do volume recolhido com base no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) e Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), e, principalmente, da arrecadação corrente que, entre janeiro e junho, ficou R\$ 3,6 bilhões superior àquela observada em igual período de 2000.

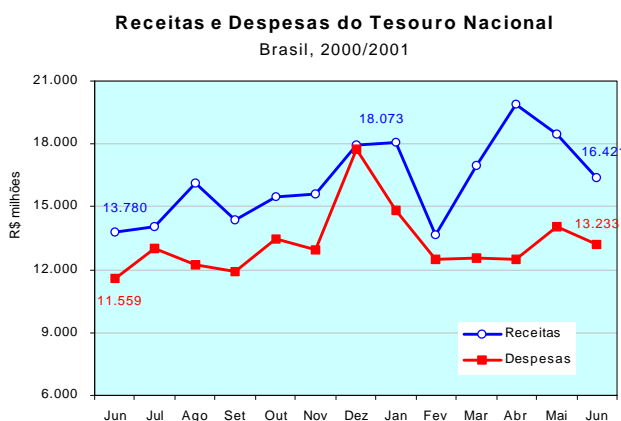
Tesouro Nacional

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Receitas do Tesouro (*)	16,8%	17,6%
Transferências	3,8%	3,9%
Despesas do Tesouro	9,3%	9,7%
Resultado Primário	3,7%	4,0%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

O Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 23,3 bilhões no primeiro semestre de 2001, o que corresponde a 4,0% do PIB estimado para o período. O acréscimo das receitas foi da ordem de R\$ 15,8 bilhões em relação a idêntico período do ano anterior. Em percentual do PIB, estas passaram de 16,8%, no período janeiro a junho de 2000, para 17,6% em equivalente período deste ano. Os principais acréscimos decorrem de ingressos de concessão de serviços públicos, sobretudo aqueles associados à telefonia, que passaram de 0,3% para 0,6% do PIB, e de recolhimentos de *royalties* e participações especiais sobre exploração de petróleo além de receitas relativas ao Refis que, no conjunto, elevaram-se acima de 0,1 ponto percentual do PIB. Ademais, os dividendos pagos à União também apresentaram incremento semelhante no período.

Até junho, o superávit primário do Tesouro Nacional totalizou R\$ 23,3 bilhões, correspondente a 4,0% do PIB.



As despesas do Tesouro Nacional elevaram-se de R\$ 48,1 bilhões para R\$ 56,7 bilhões passando com isso de 9,3% do PIB, no primeiro semestre de 2000, para 9,7% do PIB em idêntico período de 2001, como decorrência de: i) o aumento de recursos destinados a ações na área da Saúde; ii) aplicação da regra do duodécimo até abril de 2000, sem correspondência em 2001; e iii) elevação nas despesas com subsídios à agricultura e às exportações, como reflexo de condições de mercado e do impacto decorrente da depreciação da taxa de câmbio no período.

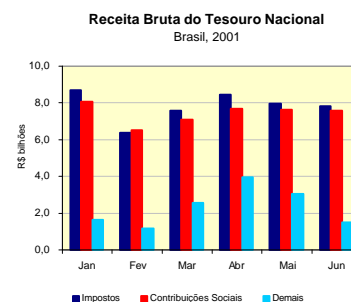
Em junho, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 15,9 bilhões, inferior em R\$ 2,6 bilhões à arrecadação do mês anterior. As receitas com impostos e contribuições sociais administradas pela Secretaria de Receita Federal (SRF) atingiram R\$ 15,2 bilhões, reduzindo-se em R\$ 194,6 milhões em relação à receita de maio. Essa redução está associada à arrecadação relativa a quatro semanas de fatos geradores em junho, contra cinco semanas em maio, com reflexo sobre os tributos com recolhimento semanal. Com isso, a arrecadação da CPMF foi menor em R\$ 375,7 milhões (21,6%), o IRRF-Rendimento do Trabalho em R\$ 296,2 milhões (16,4%), e o IOF em R\$ 47,2 milhões (14,3%).

Por outro lado, houve aumento da arrecadação do IRRF-Rendimentos dos Capital, da ordem de R\$ 168,6 milhões (15,2%), explicado em parte pela elevação dos juros e dos ganhos em operações de *swap*, e do IRRF-Remessas para o Exterior, de R\$ 126,6 milhões (39,0%), pelo aumento de seu volume em função do fechamento de balanço em junho das instituições financeiras.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 1,5 bilhão, registrando queda de R\$ 1,6 bilhão em relação ao mês anterior. Nesse caso, destaca-se a arrecadação a título de concessões de serviços de telefonia, de R\$ 1,0 bilhão da Banda B, em maio, sem contrapartida neste mês. Além disso, em maio ingressaram receitas com dividendos no montante de R\$ 875,2 milhões, com destaque para o pagamento dos dividendos da Petrobras no montante de R\$ 830,3 milhões, referente ao lucro apurado no exercício de 2000.

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totaliza R\$ 103,0 bilhões, o equivalente a 18,0% do PIB. Esses valores indicam crescimento de 0,8 ponto percentual do PIB em relação ao mesmo período de 2000, com destaque para concessões de serviços de telefonia, cuja arrecadação foi significativamente superior à registrada no primeiro semestre do ano passado. Os ingressos de impostos e contribuições sociais, por sua vez, permaneceram praticamente estáveis em proporção do PIB (15,6%).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior



As demais receitas do Tesouro reduziram-se em R\$ 1,5 bilhão, em relação a maio, devido ao pagamento, naquele mês, de dividendos da Petrobras e das concessões de serviços de telefonia.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Em termos nominais, a receita bruta do primeiro semestre de 2001 foi superior em R\$ 15,8 bilhões (18,2%) à observada em idêntico período de 2000. Em relação às receitas administradas pela SRF, os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação foram:

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Impostos	8,1%	8,0%
Imposto de Renda	5,4%	5,3%
IPI	1,7%	1,6%
Outros	1,0%	1,1%
Contribuições Sociais	7,6%	7,6%
Cofins	3,6%	3,8%
CPMF	1,4%	1,3%
CSLL	0,9%	0,8%
Outras	1,7%	1,6%
Demais	1,8%	2,4%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,3%	0,4%
Concessões	0,3%	0,6%
Outras	1,2%	1,4%
Total Bruto	17,4%	18,0%

i) acréscimo de R\$ 4,0 bilhões (22,0%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 690,8 milhões (14,2%) do PIS/Pasep, reflexo, principalmente, da mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e do pagamento por substituição pelo setor automotivo;

ii) aumento de R\$ 1,7 bilhão (32,2%) nas receitas com o IRRF sobre capital, devido à elevada arrecadação das operações de *swap*, de R\$ 647,0 milhões (44,5%) no IRRF sobre remessas ao exterior, de R\$ 855,4 milhões (22,9%) sobre o imposto de importação e de R\$ 278,6 milhões (13,6%) do IPI vinculado à importação, todos relacionados à depreciação verificada da taxa de câmbio; e,

iii) aumento de R\$ 368,5 milhões (36,8%) na arrecadação do IPI-automóveis, devido ao crescimento de 25,32% nas vendas de automóveis no mercado interno;

Por outro lado, apresentaram redução nominal, em relação ao primeiro semestre de 2000, o IRPJ (R\$ 825,3 milhões, ou 9,0%) e a CSLL (R\$ 167,4 milhões, ou 3,5%), em função da arrecadação extraordinária relativa a depósitos judiciais e administrativos, em março de 2000, no valor de R\$ 1.436,0 milhões (R\$ 975,0 milhões de IRPJ e R\$ 461,0 milhões de CSLL). A CPMF, por sua vez, cresceu apenas 6,8% em termos nominais, o que representa, em proporção do PIB, redução de 0,1 ponto percentual no período, reflexo da redução da alíquota de 0,38% para 0,30% para os fatos geradores a partir de 17/06/2000.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO Jan-Jun (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Demais	9.123,7	13.830,6
Conta Petróleo	-	-
Dividendos da União	1.360,8	2.145,3
Concessões	1.694,3	3.699,1
Outras	6.068,6	7.986,2

As demais receitas do Tesouro, por sua vez, apresentaram aumento nominal de 51,6% (R\$ 4,7 bilhões) em relação ao primeiro semestre de 2000. As rubricas com crescimento mais significativo foram as concessões de serviços públicos (R\$ 2,0 bilhões) e os dividendos da União (R\$ 783,8 milhões). No primeiro caso, destacam-se, este ano, os pagamentos provenientes da telefonia celular no total de R\$ 3,6 bilhões, ao passo que em 2000, até o mês de junho, a arrecadação dessa rubrica havia sido de R\$ 1,4 bilhão. No caso dos dividendos, este ano foram arrecadados R\$ 2,1 bilhões das entidades em que a União tem participação acionária (destaque para o FND, BNDES e Petrobras), contra R\$ 1,4 bilhão registrado no mesmo período do ano passado.

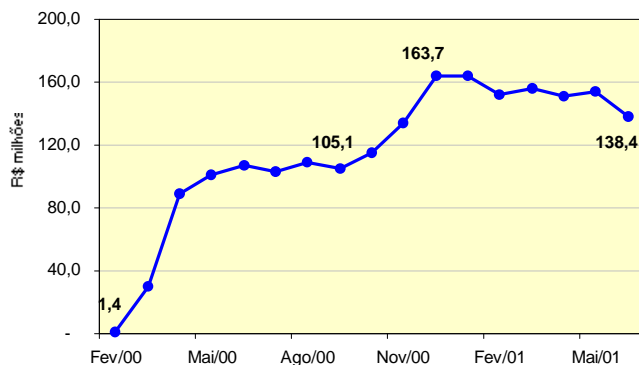
RECEITA DE CONCESSÕES Jan-Jun (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Anatel	1.394,4	3.569,1
Banda B	1.394,4	1.753,1
Banda D	-	1.321,0
Banda E	-	495,0
ANP	237,2	91,2
Outros	62,8	38,8
Total	1.694,4	3.699,1

Vale destacar também o crescimento da arrecadação proveniente de *royalties* e participações especiais pagos pela Petrobras (Lei nº 9.478/97), em decorrência da exploração e produção de petróleo e gás natural. Enquanto, em 2000, essa rubrica havia apresentado receita de R\$ 1,6 bilhão até o mês de referência, este ano a arrecadação já atinge o montante de R\$ 2,4 bilhões.

Por fim, os ingressos decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) atingiram R\$ 686,9 milhões no período, contra apenas R\$ 246,5 milhões obtidos até junho de 2000. Vale lembrar que as receitas desse Programa começaram a ingressar em fevereiro daquele ano, e de forma mais expressiva apenas a partir de abril, conforme pode-se observar no gráfico a seguir.

Arrecadação do Refis

Brasil, 2000/2001



A arrecadação proveniente do Refis somou R\$ 686,9 milhões até junho de 2001, tendo sido recepcionados 128,8 mil termos de opção pelo Programa.

Até junho deste ano, as transferências a estados e municípios cresceram 0,1 ponto percentual do PIB, quando comparadas a igual período de 2000. Em termos nominais, houve aumento de 16,7%, o que corresponde a um acréscimo da ordem de R\$ 3,3 bilhões no montante transferido àqueles entes da federação.

No que se refere às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo nominal de R\$ 2,5 bilhões relativamente às realizadas no primeiro semestre de 2000 (15,9%). Tal desempenho foi influenciado pelas transferências efetuadas em janeiro, como reflexo da evolução das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) ao final do ano passado. Naquele mês, as transferências constitucionais totalizaram R\$ 3,5 bilhões, contra R\$ 2,7 bilhões observadas em janeiro de 2000.

Os repasses decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 87/1996 mantiveram-se no patamar de 0,3 ponto percentual do PIB, o mesmo registrado em 2000. Em termos nominais, as transferências superaram em R\$ 160,0 milhões (9,8%) o montante registrado no ano passado.

No mês, foi registrada queda das transferências constitucionais em R\$ 394,7 milhões (11,7%), reflexo da arrecadação do imposto de renda no último decêndio de abril, em particular pelo pagamento da cota única da declaração de ajuste anual das pessoas físicas, afetando as transferências de maio.

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Jun (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Constitucionais	3,06%	3,13%
Desoneração do ICMS	0,32%	0,31%
Demais	0,44%	0,49%
Total	3,82%	3,93%

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Jun (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Salário-Educação	854,5	1.031,1
Royalties Lei 9478	854,1	1.178,5
Fundef	250,7	222,7
Outras	325,4	464,1
Total	2.284,7	2.896,4

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
2001**

DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun
Constitucionais	3.363,1	2.968,4
Desoneração do ICMS	298,5	298,5
Demais	643,6	339,3
Total	4.305,2	3.606,1

As demais transferências reduziram-se em R\$ 304,3 milhões (47,3%) em relação ao mês anterior, com destaque para as transferências de salário-educação, as quais passaram de R\$ 238,1 milhões, em maio, para R\$ 73,3 milhões, em junho, e as transferências de *royalties* (Lei nº 9.478/1997), passando de R\$ 286,7 milhões para R\$ 124,6 milhões, no respectivo período. No primeiro caso a redução é sazonal, com picos bimestrais, e deve-se à sistemática de repasse do salário-educação. No caso dos *royalties*, a redução também é sazonal, reflexo da sistemática de recolhimento trimestral referente à exploração de petróleo e gás nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, o qual por sua vez compõe os repasses a estados e municípios com defasagem de um mês.

**Despesas do
Tesouro em relação
ao mês anterior**

Em junho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 9,7 bilhões mantendo-se praticamente no mesmo nível do mês anterior. Tal comportamento se explica pelo fato de que o acréscimo nas despesas da rubrica "pessoal e encargos" (R\$ 551,6 milhões) foi integralmente compensado pela redução das despesas de "custeio e capital" (R\$ 559,9 milhões).

**DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
2001**

DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun
Pessoal e Encargos	4.751,4	5.303,0
Custeio e Capital	4.975,9	4.416,0
Despesas do FAT	637,2	312,4
Subsídios e Subvenções	327,9	187,3
Outras	4.010,8	3.916,3

O incremento nas despesas de "pessoal e encargos" deveu-se, por um lado, ao pagamento referente ao adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (Gratificação Natalina) devida ao funcionalismo dos Poderes Legislativo e Judiciário. Também foi efetuado pagamento correspondente à quinta parcela do percentual de 28,86% devido aos servidores do Poder Executivo, consoante estabelecido pela Medida Provisória nº 2.169-41, de 28/06/2001 (vide boxe 1). As liberações do Tesouro Nacional para mencionada parcela totalizaram R\$ 338,3 milhões.

**Boxe 1 – Pagamento do
passivo de 28,86%**

Em junho, foi paga ao funcionalismo público a quinta parcela referente ao passivo da vantagem dos 28,86%, objeto de decisão do Supremo Tribunal Federal, e cujo pagamento está previsto em até 14 parcelas. Esse percentual é devido a todos os servidores ativos e inativos civis da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais do Poder Executivo Federal, que possuíam vínculo funcional no período de janeiro de 1993 a junho de 1998. Com a extinção da UFIR, o valor devido está sendo atualizado monetariamente pelo índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E).

Relativamente às despesas com custeio e capital, verificou-se redução de 11,2% comparativamente a maio. Em junho, foram liberados recursos da ordem de R\$ 312,4 milhões para o pagamento das despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com pagamento do seguro desemprego e gastos operacionais, contra R\$ 637,2 milhões relativos ao mês anterior. Cabe mencionar que, no mês anterior, as maiores liberações do FAT decorreram de transferências de recursos às instituições financeiras, a título de seguro desemprego de meses anteriores.

No que concerne aos gastos com subsídios e subvenções econômicas, houve redução de R\$ 140,6 milhões em relação a maio. As despesas com subsídios à agricultura, em particular, reduziram-se de R\$ 153,5 milhões no mês anterior, para R\$ 97,1 milhões em junho, como reflexo das compras de produtos agrícolas, principalmente milho e arroz, no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), ocorridas naquele mês.

Por fim, as outras despesas de custeio e capital apresentaram redução de R\$ 94,5 milhões, a despeito do registro do impacto da assunção e quitação, pelo Tesouro Nacional, do passivo previdenciário da Indústria de Material Bélico (IMBEL), junto ao INSS, no montante de R\$ 108,0 milhões, conforme disposto na Medida Provisória nº 2.103-39, de 27/03/2001. Ademais, as despesas em ações voltadas para área da Saúde totalizaram no mês R\$ 1,6 bilhão, contra R\$ 1,5 bilhão no mês anterior.

No primeiro semestre de 2001, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 9,7% do PIB, apresentando crescimento próximo a 0,5 ponto percentual em relação ao mesmo período de 2000. Os gastos com pessoal e encargos sociais registraram aumento inferior a 0,1 ponto percentual do PIB, o que reflete, em parte, a política de realinhamento salarial adotada para algumas carreiras estratégicas do setor público, incluindo a reestruturação da carreira militar das Forças Armadas, conforme MP nº 2.188-7, de 28/06/2001 (atual).

A rubrica "custeio e capital" apresentou aumento de 0,3 ponto percentual do PIB, comparativamente a igual período de 2000. Acréscimo significativo ocorreu na rubrica "outras" despesas de custeio e capital, que passou de 3,5% do PIB em 2000, para 3,7% do PIB no corrente ano. Tal elevação deveu-se, em parte, ao incremento nas despesas de custeio e investimento das ações de Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000, que definiu valores mínimos para aplicação de recursos em saúde pública. Até junho deste ano, o Ministério da Saúde gastou R\$ 9,5 bilhões (1,61% do PIB) com essas ações, contra R\$ 8,1 bilhões (1,57% do PIB), no ano anterior. Adicionalmente, também contribuiu para o incremento nas despesas de custeio e capital a aplicação da regra do duodécimo até abril de 2000, sem correspondência em 2001.

Os gastos do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações aumentaram quase 0,1 ponto percentual do PIB, comparativamente a 2000. Os gastos com subsídios à agricultura totalizaram R\$ 1,1 bilhão no primeiro semestre, contra R\$ 527,2 milhões em igual período do ano passado.

A evolução de tais despesas refletiu o aumento das operações realizadas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), com aquisições diretas de estoques, principalmente milho e arroz, em consequência da evolução desfavorável do preço desses produtos. Por sua vez, os subsídios às exportações no âmbito do Proex aumentaram 59,8% (R\$ 175,2 milhões). Os fatores que explicam este incremento são a desvalorização do real ocorrida no período e o aumento na procura por financiamentos com recursos do Programa.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Pessoal e Encargos	5,15%	5,21%
Custeio e Capital	4,14%	4,46%
Despesas do FAT	0,51%	0,45%
Subsídios e Subvenções	0,18%	0,27%
Outras	3,46%	3,74%

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Jun (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Agricultura	234,4	638,6
Custeio Agropecuário	68,9	89,7
Investimento Rural	6,4	21,0
Preços Agrícolas	7,3	323,4
- EGF	1,8	1,2
- AGF	4,5	276,0
- Sustentação de preços	1,0	46,2
Pronaf	151,7	175,4
PESA	0,0	29,0
Securitização (Lei 9138)	0,0	0,0
Exportação	292,9	468,1
Proex	292,9	468,1
Total	527,2	1.106,6

Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 793,3 milhões em junho, contra R\$ 879,7 milhões em maio. A queda no déficit, comparativamente ao mês anterior, deveu-se ao aumento na arrecadação líquida.

Vale registrar o ingresso de recursos relativos à quitação de passivos previdenciários da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), no montante de R\$ 108,0 milhões.

Em junho, o resultado primário do RGPS foi deficitário em R\$ 793,3 milhões, contra R\$ 879,7 milhões em maio.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000-2001				
DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun	Jan-Jun	
	2001	2001	2000	2001
Arrecadação Líquida	4.918,4	5.042,4	25.323,6	28.789,9
Arrecadação Bruta	5.281,4	5.421,6	27.388,1	31.323,3
- Contribuição Previdenciária	4.929,4	4.974,1	25.606,0	29.181,8
- Simples	194,6	207,5	921,6	1.143,6
- CDP	8,2	5,5	88,3	48,7
- CFTE/FIES	35,1	29,8	66,4	161,2
- Depósitos Judiciais	66,5	52,6	527,6	385,9
- Refis	38,5	34,6	82,2	229,0
- Outras Receitas	9,1	117,5	95,9	173,2
(-) Restituição/Devolução	-23,1	-25,0	-82,4	-133,0
(-) Transferências a Terceiros	-339,9	-354,3	-1.982,1	-2.400,5
Benefícios Previdenciários	5.798,1	5.835,7	28.986,7	33.108,4
Resultado Primário	-879,7	-793,3	-3.663,0	-4.318,6
Resultado Primário/PIB			-0,71%	-0,74%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001
Contribuição	4,89%	4,91%
Benefícios	5,60%	5,65%
Resultado Primário	-0,71%	-0,74%

No acumulado do ano, o RGPS registra déficit primário de cerca de R\$ 4,3 bilhões, sendo que em proporção do PIB permanece praticamente no nível observado no mesmo período de 2000 (0,71% do PIB e 0,74% do PIB, respectivamente).

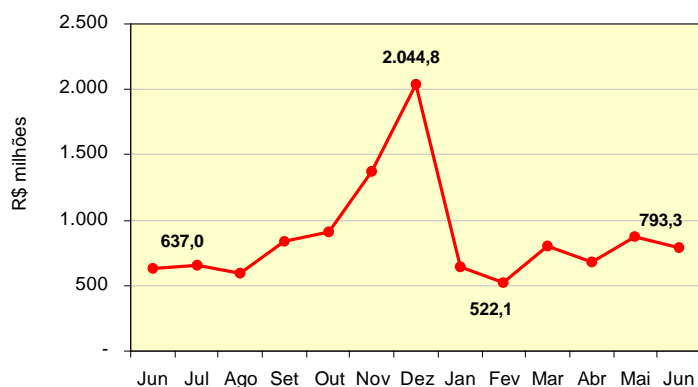
No primeiro semestre de 2001, a arrecadação líquida atingiu R\$ 28,8 bilhões, representando um acréscimo nominal de 13,7% em relação à verificada no mesmo período de 2000. As receitas provenientes de contribuições previdenciárias apresentaram incremento de R\$ 3,6 bilhões como reflexo, principalmente, do esforço de recuperação de receitas, além do impacto, a partir de maio de 2000, do reajuste do salário mínimo e do crescimento do nível de emprego formal.

Relativamente às demais receitas, deve-se registrar, em que pese a redução daquelas decorrentes de depósitos judiciais e administrativos, que passaram de R\$ 527,6 milhões para R\$ 385,9 milhões, o aumento na arrecadação: i) de empresas optantes do Refis: perfizeram R\$ 229,0 milhões no primeiro semestre de 2001, contra R\$ 82,2 milhões em idêntico período do ano passado; ii) de optantes pelo regime instituído pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de

Pequeno Porte (Simples): atingiu R\$ 1,1 bilhão nesse período, contra R\$ 921,6 milhões em 2000; e iii) de contribuições por meio de Certificados do Tesouro Nacional no âmbito do programa instituído pelo Fundo de Incentivo ao Ensino Superior (CFTE/FIES): totalizaram R\$ 161,2 milhões, contra R\$ 66,4 milhões nos seis primeiros meses de 2000.

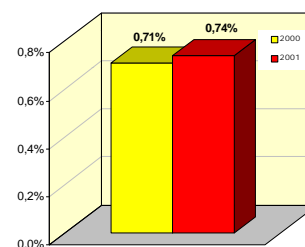
Déficit da Previdência Social

Brasil, 2000/2001

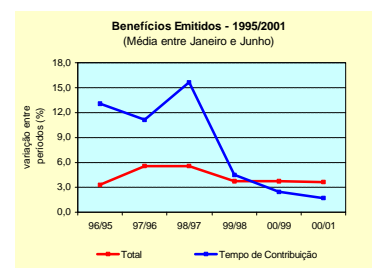


Déficit da Previdência Social

Jan-Jun (% PIB)



As despesas com benefícios previdenciários atingiram R\$ 33,1 bilhões no período, superando em R\$ 4,1 bilhões o montante registrado em idêntico período de 2000 quando perfizer R\$ 29,0 bilhões. Esse acréscimo decorreu dos reajustes no valor dos benefícios a partir de abril de 2000 e de 2001 (com impacto no caixa a partir de maio dos respectivos anos) e do aumento da quantidade de benefícios previdenciários concedidos, notadamente aqueles relacionados ao salário-maternidade (341,2 mil entre janeiro e junho de 2000, para 508,8 mil em idêntico período de 2001) e auxílio-doença (de 366,8 mil para 458,7 mil). Todavia, cabe destacar que o ritmo de crescimento do estoque de benefícios vem se reduzindo a partir de 1998, sobretudo nas aposentadorias por tempo de contribuição, componente de maior peso na despesa total de benefícios, conforme pode-se observar no gráfico ao lado.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional ficou em 22,1% do PIB, 0,6 ponto percentual abaixo do registrado em maio.

A dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 255,8 bilhões no mês de junho, ou 22,1% do PIB acumulado nos últimos doze meses, caindo 0,6 ponto percentual em relação ao nível registrado no mês anterior. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do mercado no segundo trimestre do ano.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2001

(R\$ milhões)

	2001		
	Abr	Mai	Jun
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	97.744	86.343	91.005
Dívida Mobiliária em Mercado ¹	440.843	433.809	452.779
Dívida Contratual da STN	-263.165	-266.400	-279.378
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-79.934	-81.066	-82.397
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	158.529	173.750	164.829
Dívida Mobiliária em Mercado	121.237	133.682	124.120
Títulos Depositados em Garantia	-3.417	-3.795	-3.716
Dívida Contratual	41.695	44.865	45.413
Disponibilidades	-986	-1.002	-987
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	256.273	260.092	255.834
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	22,6%	22,7%	22,1%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A apreciação cambial ocorrida no mês contribuiu para a redução da dívida líquida total.

A redução da dívida líquida, em termos percentuais do PIB, pode ser explicada pelo efeito da apreciação cambial de 2,33% ocorrida no mês de junho, em relação a maio. Sua evolução também foi afetada pela apropriação de juros nominais no período.

O aumento no saldo da dívida mobiliária interna em mercado foi reflexo das operações realizadas no âmbito do programa de fortalecimento das instituições financeiras federais (MP 2196-1/2001). No mês de junho, foram colocados R\$ 18,4 bilhões de títulos para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, em contrapartida ao recebimento de haveres da ordem de R\$ 12,1 bilhões, sendo R\$ 8,3 bilhões em operações realizadas com recursos do FGTS e R\$ 3,8 bilhões em créditos no âmbito do Pesa. As demais emissões foram objeto de permuta por *Brady Bonds* que estavam de posse do Banco do Brasil. Dessa forma, o efeito líquido dessas operações sobre a dívida líquida do Tesouro Nacional em mercado foi nulo¹.

¹ O Tesouro Nacional também emitiu R\$ 8,9 bilhões em NTN-D para o Banco Central com vistas à aquisição de dívidas da CEF. A capitalização do banco por meio da remissão dessas dívidas afetará a dívida líquida do governo central.

Em junho, a dívida interna líquida aumentou R\$ 4,7 bilhões em relação a maio. O estoque da dívida mobiliária em mercado cresceu R\$ 19,0 bilhões, o que pode ser explicado pelo volume de colocações líquidas de títulos no mês (R\$ 13,5 bilhões) e pela apropriação de juros nominais sobre a dívida mobiliária (R\$ 5,4 bilhões). Esse crescimento foi compensado, em parte, pela aquisição de haveres contratuais do Tesouro Nacional e pelo acréscimo nos saldos dos fundos, autarquias e fundações, em particular nas disponibilidades do FAT. Tais efeitos, somados à apropriação dos rendimentos sobre esses créditos, totalizaram R\$ 14,3 bilhões.

Dívida Interna Líquida

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2001

(R\$ milhões)

	2001		
	Abr	Mai	Jun
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	97.744	86.343	91.005
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	440.843	433.809	452.779
LFT	223.189	219.456	237.318
LTN	68.038	63.186	62.934
NTN-C	17.478	19.408	20.410
Demais	103.638	104.336	104.459
Dívida Securitizada	26.011	24.954	25.167
TDA	2.488	2.469	2.493
DÍVIDA CONTRATUAL	-343.098	-347.466	-361.774
<i>Tesouro Nacional</i>	-263.165	-266.400	-279.378
Dívida Bancária	40.269	40.277	40.299
Lei nº 7.976/89	-10.886	-11.435	-10.914
Lei nº 8.727/93	-44.462	-44.493	-44.535
Lei nº 9.496/97	-140.471	-142.313	-143.271
Renegociação Dívida Municipais	-18.580	-18.795	-18.881
Demais Haveres da STN	-89.036	-89.640	-102.076
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-79.934	-81.066	-82.397
FAT	-57.338	-57.844	-58.927
Demais Entidades	-22.596	-23.222	-23.469
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO/PIB	38,9%	37,9%	39,1%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-30,3%	-30,3%	-31,2%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,2%	-23,3%	-24,1%

Em junho, a dívida mobiliária em mercado aumentou 1,2 ponto percentual do PIB relativamente ao mês anterior.

As emissões líquidas da dívida mobiliária interna de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado corresponderam a R\$ 13,5 bilhões, sendo R\$ 43,0 bilhões as emissões brutas e R\$ 29,5 bilhões o valor dos resgates.

Emissões e Resgates

Do total das emissões líquidas, R\$ 25,0 bilhões referem-se a LFT e R\$ 403,0 milhões a NTN-C. Adicionalmente, houve resgate líquido de LTN, da ordem de R\$ 1,0 bilhão, e de TDA e demais títulos, de R\$ 921,0 milhões.

No mês, o Tesouro Nacional emitiu, por meio de oferta pública, R\$ 16,0 bilhões em LFT de 5 anos, R\$ 6,9 bilhões em LTN de 5 meses e um montante de R\$ 564,6 milhões em NTN-C de 5 e 10 anos. No leilão de NTN-C, R\$ 35,9 milhões foram objeto de troca por títulos da dívida securitizada e R\$ 528,7 milhões corresponderam à captação em moeda corrente.

Boxe 2 – Leilão de NTN-C

Nos dias 30 e 31 de maio, foi realizado leilão de NTN-C, no montante de R\$ 564,6 milhões, dos quais R\$ 282,78 milhões com vencimento em 2005 e R\$ 351,416 milhões com vencimento em 2011. A segunda etapa do leilão contou com a possibilidade de utilização das LFT-A, LFT-B e CFT-A com *duration* inferior à da NTN-C, para a maturação de 2011. O objetivo foi ampliar o volume de títulos aptos para a troca. Do montante total, foram trocados 5,39% em títulos. As taxas obtidas – 10,50% a.a. e 10,60% a.a. – foram inferiores às verificadas no leilão anterior, (10,65% a.a. para o título curto e 10,69% a.a. para o longo, respectivamente).

TABELA 4
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, Jun/2001

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras*	Total
I. Emissões	23.533	19.487	43.021
LFT	16.019	16.642	32.661
LTN	6.976	0	6.976
NTN-C	532	33	565
TDA	0	22	22
Securitizada**	0	911	911
Demais	7	1.879	1.886
II. Resgates	26.868	2.654	29.522
LFT	17.620	0	17.620
LTN	8.000	0	8.000
NTN-C	162	0	162
TDA	0	83	83
Securitizada**	0	1.591	1.591
Demais	1.086	981	2.066
III. Valor líquido (I-II)	-3.335	16.833	13.498

* Cancelamentos + Resgates das emissões não financeiras.
** Inclui dívida agrícola.

As emissões diretas da dívida mobiliária totalizaram R\$ 19,5 bilhões, tendo sido mais representativas: i) as emissões de LFT e NTN-D nos montantes de R\$ 16,6 bilhões e R\$ 1,8 bilhão, respectivamente, relativas ao Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme MP nº 2.196-1, de 28/06/2001; e, ii) R\$ 911,0 milhões de CVS para securitização da dívida do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Do total de LFT, R\$ 8,4 bilhões foram emitidos para o Banco do Brasil em troca por títulos da Dívida Externa Brasileira (R\$ 4,6 bilhões) e por créditos do Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA (R\$ 3,8 bilhões), e R\$ 8,3 bilhões emitidos para a Caixa Econômica Federal em troca por créditos decorrentes de operações realizadas com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. O total de NTN-D foi emitido para o Banco do Brasil S/A em permuta por títulos da Dívida Externa Brasileira.

Os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta totalizaram R\$ 2,7 bilhões, sendo que R\$ 1,3 bilhão refere-se à dívida securitizada, emitida para fazer face às obrigações da Companhia de Infra-Estrutura Fazendária (Infaz) com o Banco do Brasil, renegociadas e assumidas pela União com base na Lei nº 8.029/1990 e Decreto nº 348/1991.

No mês de junho, as emissões diretas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 19,5 bilhões, sendo R\$ 18,4 bilhões no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

Boxe 3 – Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais

Em 28/06, o Governo Federal editou Medida Provisória tratando de operação para adequação patrimonial de quatro bancos públicos federais – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia – à legislação que define as exigências de capital mínimo das instituições financeiras.

Com esse objetivo, foram definidos: i) a transferência do risco desses créditos para o Tesouro Nacional ou para uma empresa não financeira, denominada Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), criada para este fim; ii) a troca de ativos de pouca liquidez e baixa remuneração por ativos líquidos, remunerados à taxa de mercado; e, iii) o aumento de capital de três dessas instituições (Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia).

A troca de ativos consiste essencialmente na permuta de créditos dessas instituições contra o Tesouro Nacional, com características de prazo e remuneração inadequadas, por ativos líquidos e remunerados à taxa de mercado.

A solução apresentada permite reduzir o impacto fiscal da adequação patrimonial e diluí-lo no tempo. O impacto sobre o Resultado Primário do Governo Central é nulo. Assim, o impacto sobre as finanças públicas será sentido, essencialmente, por uma elevação da dívida líquida em cerca de 1% do PIB e pelo acréscimo da conta de juros decorrente, tanto daquela elevação, como do aumento da taxa de juros média paga pelo governo.

A participação dos prefixados na dívida mobiliária interna diminuiu em 0,7 ponto percentual, enquanto a dos títulos remunerados pela taxa Selic aumentou em 1,3 ponto percentual, como consequência das emissões de LFT para a aquisição dos créditos das instituições financeiras federais.

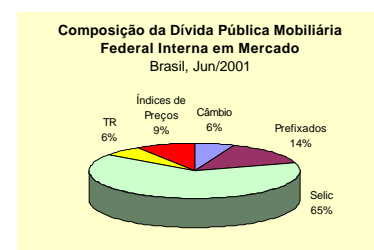
Composição

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM
MERCADO POR TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2000/2001

Indexador	2000			2001	
				Jun	Jun
	Jun	Mai	Jun	Jun	Jun
Selic	63,7	63,3	64,6		
Câmbio	8,4	6,3	6,1		
Prefixados	15,6	14,7	14,0		
Índices de Preços	6,4	9,9	9,3		
TR	5,7	5,8	6,1		
Outros	0,1	0,0	0,0		

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Quanto aos títulos remunerados pela variação cambial, houve uma redução da sua participação em relação ao mês anterior, em virtude do comportamento da taxa de câmbio (variação negativa de 2,33% em relação ao

mês de maio). Houve ainda um aumento de 0,3 ponto percentual na participação dos títulos remunerados à TR, devido à emissão de CVS para a securitização da dívida do FCVS. Quanto aos títulos indexados a índices de preços, houve uma redução de 0,6 ponto percentual, em decorrência do resgate do título da dívida securitizada em função da operação da Infaz, que é indexado ao IGP-DI.

Custo Médio

O custo médio da dívida mobiliária em mercado atingiu 14,67% a.a., 9,93 pontos percentuais inferior ao do mês anterior (24,60% a.a.). Essa redução é explicada pela variação cambial negativa de 2,33% no mês de junho. Excluídos os títulos cambiais, o custo médio foi de 17,02% a.a. em junho, contra 16,04% a.a. em maio, em função da maior variação do IGP-M, IGP-DI e Selic no mês.

Em junho, o custo médio total da dívida mobiliária em mercado caiu devido à apreciação cambial ocorrida no mês.

TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

Em % anual

Título	2000		2001
	Jun	Mai	Jun
LTN	19,84	16,48	17,00
LFT	17,13	16,43	17,28
NTN-C	22,67	22,01	26,27
TDA	8,86	8,02	7,74
Dívida Securitizada *	14,71	13,60	13,35
Total	14,92	24,60	14,67

* Não inclui dívida agrícola.

TABELA 7
DPMFI - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 2000/2001

(% anual)

Período	Total (1)	Total (2)	Comp (1)	Comp (2)
2000				
Jun	17,81	14,92	18,58	16,21
Jul	17,79	15,49	17,55	15,71
Ago	17,71	20,07	17,63	20,06
Set	17,33	18,12	17,38	16,74
Out	16,55	20,44	17,09	20,83
Nov	16,18	18,88	17,00	19,56
Dez	15,98	15,38	16,86	16,57
2001				
Jan	15,51	15,84	16,20	16,67
Fev	15,11	19,50	15,87	19,35
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	17,32	17,76
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56

COMP - Títulos competitivos da DPMFI em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Com relação aos títulos emitidos por meio de leilões, esses tiveram seu custo médio elevado de 16,78% a.a. em maio, para 17,83% a.a. no mês em análise. As taxas dos títulos pós-fixados com prazo de 5 anos apresentaram pequena elevação no mês, passando de 0,16% a.a. para 0,18% no último leilão do mês (26/06). Quanto aos títulos prefixados, apesar da volatilidade observada nas taxas dos leilões, a taxa média de venda no mês de junho (20,59% a.a.) apresentou pequeno aumento em relação à taxa média das emissões dos mesmos títulos ocorridas em maio (20,57% a.a.).

Prazo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária interna em mercado aumentou de 47,50 meses, em maio, para 49,62 meses em junho. Esse aumento no prazo médio deve-se principalmente à emissão de LFT de 5 anos (60 meses) e de títulos da dívida securitizada relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) que têm prazo médio mais longo (176,79 meses).

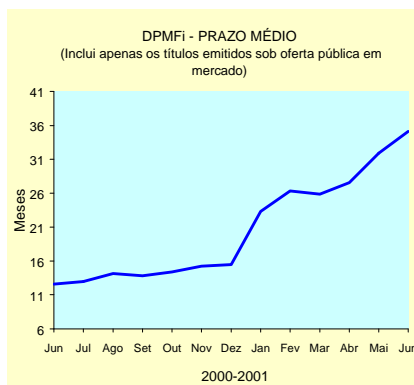
Os títulos emitidos por meio de oferta pública em mercado observaram um crescimento em seu prazo médio, passando de 31,92 meses em maio para 35,14 meses em junho. Tal elevação é explicada pelas emissões líquidas de LFT e NTN-C ocorridas no mês, cujos prazos médios atuais estão em 27,50 meses e 211,62 meses, respectivamente, e resgate líquido de LTN, título com prazo médio de 5,18 meses.

**TABELA 8
DPMFI - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 2000-2001**

(meses)

Período	Total	Comp (1)
2000		
Jun	29,94	12,58
Jul	29,59	12,97
Ago	30,71	14,16
Set	30,22	13,85
Out	30,28	14,38
Nov	31,42	15,24
Dez	32,03	15,47
2001		
Jan	37,59	23,30
Fev	40,03	26,36
Mar	39,52	25,86
Abr	40,68	27,58
Mai	44,57	31,92
Jun	46,38	35,14

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



**TABELA 8-a
PRAZO MÉDIO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL INTERNA DO TESOURO NACIONAL EM
MERCADO
BRASIL, 2000-2001**

(meses)

Título	2000		2001	
	Jun	Mai	Jun	
LTN	5,06	5,52	5,18	
LFT	14,92	23,48	27,50	
NTN-C	43,81	213,15	211,62	
TDA	55,37	48,93	46,54	
Dívida Securitizada*	90,68	102,29	113,00	
Total	81,49	72,81	73,03	
Total	33,81	47,50	49,62	

(*) Não inclui dívida agrícola.

Em junho, a dívida externa líquida do Tesouro Nacional diminuiu 1,0 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior. Tal fato se deve à redução no estoque da dívida externa, que caiu 5,05% (R\$ 9,0 bilhões), em moeda nacional, em relação a maio. Essa redução é explicada pelo cancelamento de US\$ 2,8 bilhões de bônus da dívida renegociada, em virtude de permuta por títulos da dívida interna mobiliária (LFT e NTN-D), com o Banco do Brasil, e pela valorização cambial de 2,33% no mês.

Dívida Externa Líquida

**TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (EM MERCADO)
BRASIL, 2000/2001**

(R\$ milhões)

	2000		2001	
	Jun	Mai	Jun	
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM MERCADO	94.501,7	133.682,3	124.119,7	
Bônus de Renegociação	59.296,8	54.396,4	46.781,6	
Bônus de Captação	35.204,9	79.285,8	77.338,1	
II. DÍVIDA CONTRATUAL	35.290,8	44.865,0	45.412,9	
Organismos Multilaterais	15.180,0	20.962,5	23.120,8	
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.190,5	8.063,2	7.865,6	
Clube de Paris	13.920,3	15.839,3	14.426,5	
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.504,1	-3.795,4	-3.716,3	
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-949,3	-1.002,3	-987,2	
V. TOTAL (I+II+III+IV)	124.339,1	173.749,6	164.829,1	
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	12,1%	15,2%	14,2%	

Em junho, a dívida externa líquida do Tesouro Nacional caiu 1,0 ponto percentual do PIB em relação a maio.

Observa-se, também, incremento na dívida contratual devido ao desembolso de US\$ 1,2 bilhão pelo Banco Mundial no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil.

Quanto à execução financeira do mês, o montante pago relativo a principal, juros e encargos da dívida externa foi de R\$ 730,4 milhões. Desse total, R\$ 86,1 milhões referem-se à dívida mobiliária, R\$ 54,6 milhões a pagamentos aos organismos multilaterais e R\$ 589,7 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 10.

*Foram pagos no mês
R\$ 730,4 milhões entre
principal, juros e encargos
da dívida externa.*

**TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Jun/2001**

(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	504,2	226,2	730,4
I.1. Organismos Multilaterais	17,3	37,3	54,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	486,9	102,8	589,7
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	86,1	86,1
Eurolira 2017	0,0	85,1	85,1
Samurai 2007	0,0	1,0	1,0

Conforme pode ser observado na tabela a seguir, de janeiro a junho deste ano o Tesouro Nacional desembolsou o equivalente a US\$ 4,3 bilhões para pagamento de principal e juros da dívida externa. Para o próximo semestre, estão previstos o equivalente a US\$ 5,2 bilhões em desembolsos, totalizando US\$ 9,5 bilhões no ano de 2001.

*Em 2001, O Tesouro
Nacional deverá
desembolsar o
equivalente a US\$ 9,5
bilhões para o
pagamento do serviço
da dívida externa.*

**TABELA 11
PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO¹
BRASIL, 2001**

US\$ milhões

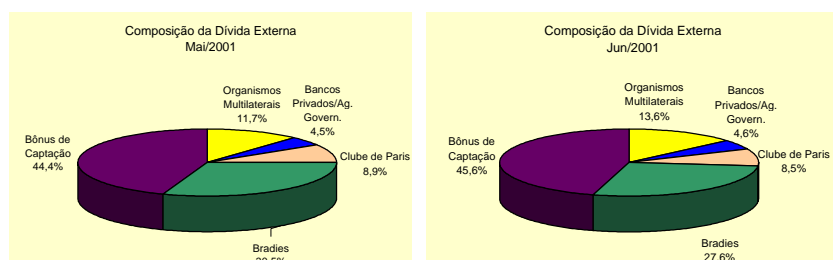
Período	Realizado/Previsão para 2001 ²		
	Principal	Juros	Total
Janeiro	55,6	257,0	312,6
Fevereiro	159,6	472,2	631,8
Março	512,0	277,2	789,2
Abril	490,9	1.374,6	1.865,6
Maiο	93,0	330,0	423,0
Junho	218,7	98,1	316,9
Julho	5,2	412,1	417,3
Agosto	100,5	343,4	443,9
Setembro	69,6	197,1	266,7
Outubro	406,7	1.270,5	1.677,2
Novembro	1.266,3	325,5	1.591,8
Dezembro	426,5	299,3	725,8
Total	3.804,6	5.657,0	9.461,7

(1) Pagamento pelo critério de desembolso do Tesouro Nacional à rede bancária. Portanto, não se concilia com os dados do balanço de pagamentos.

(2) Despesas realizadas até o mês junho/2001 e despesas previstas de julho a dezembro.

Em junho, ocorreram as seguintes alterações na composição da dívida externa, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir: i) redução da participação dos Bônus de Renegociação (*Bradies*), em virtude da anteriormente mencionada operação de troca decorrente do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais; e ii) aumento na participação da dívida contratual, decorrente de recursos desembolsados pelo Banco Mundial para o Programa de Apoio Financeiro ao Brasil, no valor de US\$ 1,2 bilhão.

Composição



*Em função da operação de troca decorrente do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, houve redução, em junho, da participação dos bônus de renegociação (*Bradies*) no total da dívida externa.*

O prazo médio da dívida mobiliária externa no mês de junho aumentou de 14,22 para 14,32 anos, uma vez que os bônus de renegociação cancelados possuíam, em média, prazo remanescente inferior a 8 anos.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, 2000/2001

Título	2000		2001
	Jun	Mai	Jun
Prazo Médio (anos)	13,23	14,22	14,32
Bônus de Renegociação	13,86	12,96	13,14
Bônus de Captação	12,16	15,21	15,15
Globais	15,55	18,96	18,88
Euros	5,89	5,61	5,53
Demais	4,14	4,43	4,35
Custo Médio (% a.a.) *	8,56	8,66	8,83
Bônus de Renegociação	7,36	6,26	6,36
Bônus de Captação	10,59	10,31	10,32
Globais	11,45	10,97	10,97
Euros	10,15	9,80	9,80
Demais	6,31	5,73	5,76

* Custo Médio em dólares.

O prazo médio da dívida externa ficou em 14,32 anos em junho de 2001, contra 13,23 anos no mesmo mês de 2000.

Quanto ao custo médio em dólares da dívida mobiliária externa, a elevação também foi resultado da operação de troca de bônus da dívida externa por títulos da dívida interna. Os bônus de renegociação cancelados na operação tinham um custo médio individual inferior a 6% a.a.

O custo médio em dólares da dívida mobiliária externa passou de 8,66% a.a. em maio para 8,83% a.a. em junho.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2000	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2001
I. RECEITA TOTAL	18.200,1	18.627,6	20.779,0	18.853,5	19.979,1	20.148,6	25.618,8	22.692,7	18.472,1	21.642,8	24.666,2	23.404,5	20.928,0
I.1. Receitas do Tesouro	13.780,4	14.081,0	16.117,3	14.352,9	15.483,9	15.631,3	17.948,6	18.073,2	13.692,4	16.995,4	19.883,8	18.486,0	15.885,6
I.1.1 Receita Bruta	14.960,2	15.312,1	17.737,8	14.745,3	16.123,5	16.069,0	18.479,9	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.863,8
- Impostos	6.824,3	7.290,9	7.178,6	6.965,8	7.424,9	7.365,2	9.169,3	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6
- Contribuições	6.503,5	6.402,0	6.679,6	6.598,9	7.293,4	7.620,0	7.732,4	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3
- Demais	1.632,4	1.619,2	3.879,6	1.180,6	1.405,2	1.083,8	1.578,1	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.475,9
I.1.2. (-) Restituições	-1.127,2	-1.143,6	-1.508,0	-327,5	-568,4	-367,9	-459,6	-314,1	-291,7	-253,0	-132,4	-104,1	-978,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-52,6	-87,6	-112,6	-64,9	-71,3	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.419,7	4.546,6	4.661,7	4.500,6	4.495,2	4.517,3	7.670,2	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.943,9	3.238,8	3.380,0	3.286,4	3.287,0	3.724,6	3.619,0	4.357,6	3.820,5	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1
II.1. Transferências Constitucionais	2.252,1	2.142,5	2.385,8	2.404,4	2.545,3	2.754,4	3.088,3	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4
II.2. Lei Complementar 87/96	274,0	274,7	551,6	481,3	389,7	292,4	195,0	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5
II.3. Demais	417,7	821,6	442,6	400,8	352,1	677,8	335,7	517,5	612,3	458,3	325,5	643,6	339,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.256,2	15.388,8	17.399,0	15.567,0	16.692,0	16.424,0	21.999,8	18.335,1	14.651,6	18.323,4	21.033,6	19.099,3	17.321,9
IV. DESPESA TOTAL	13.671,7	14.973,6	14.100,9	13.940,9	15.616,8	15.082,0	23.844,5	15.738,4	13.997,5	14.655,6	14.346,2	15.525,3	15.554,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.486,5	5.111,5	4.175,0	4.221,5	4.326,1	4.441,2	6.725,7	5.952,0	4.912,4	4.781,3	4.862,6	4.751,4	5.303,0
IV.1.1. INSS	275,8	318,3	224,8	254,2	263,0	263,6	409,5	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7
IV.1.2. Demais	4.210,8	4.793,2	3.950,2	3.967,3	4.063,1	4.177,6	6.316,1	5.641,4	4.669,4	4.538,3	4.626,3	4.516,2	5.018,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.056,7	5.199,7	5.260,5	5.334,2	5.405,5	5.885,5	9.715,0	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7
IV.3. Custeio e Capital	4.128,5	4.662,4	4.665,4	4.385,1	5.885,2	4.755,4	7.403,9	4.526,3	3.783,3	4.426,3	4.018,8	4.975,9	4.416,0
IV.3.1. Despesa do FAT	374,4	506,2	558,9	472,9	555,1	344,9	430,9	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4
- Abono e Seguro Desemprego	337,6	462,0	502,1	437,0	482,5	226,3	381,7	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9
- Demais Despesas do FAT	36,8	44,1	56,8	36,0	72,5	118,6	49,2	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	136,1	235,4	364,2	265,5	1.287,5	219,7	372,2	200,1	335,6	346,5	205,1	327,9	187,3
- Operações Oficiais de Crédito	63,1	150,7	336,6	214,2	1.237,6	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4
- Subvenções aos Fundos Regionais	73,0	84,7	27,6	51,3	49,9	96,5	43,1	99,5	100,1	75,5	86,3	49,8	84,8
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.618,0	3.920,8	3.742,3	3.646,6	4.042,7	4.190,8	6.600,8	3.901,9	3.124,9	3.474,9	3.501,5	4.010,8	3.916,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.584,5	415,2	3.298,1	1.626,2	1.075,2	1.342,0	-1.844,7	2.596,7	654,1	3.667,8	6.687,4	3.574,0	1.767,2
V.1. Tesouro Nacional	2.221,6	1.068,4	3.896,9	2.459,9	1.985,6	2.710,2	200,1	3.237,2	1.176,2	4.468,4	7.369,8	4.453,6	2.560,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-637,0	-653,1	-598,8	-833,7	-910,4	-1.368,2	-2.044,8	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	59,8	-55,2	-24,2	0,3	-45,7	-26,1	-106,8	-30,3	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0	-28,0
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.644,4	360,0	3.273,9	1.626,5	1.029,5	1.315,9	-1.951,5	2.566,4	580,6	3.624,5	6.610,9	3.517,0	1.739,2
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	151,3	37,0	1.379,9	142,9	-2.510,8	718,8	-621,4	63,2	475,8	257,0	-110,1	494,7	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.795,6	397,0	4.653,8	1.769,5	-1.481,3	2.034,7	-2.572,9	2.629,6	1.056,4	3.881,5	6.500,8	4.011,7	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-3.286,1	-2.682,2	-5.949,6	-2.927,4	-7.998,9	-6.330,2	-3.102,5	-6.769,1	-6.446,2	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-1.490,4	-2.285,2	-1.295,8	-1.157,9	-9.480,2	-4.295,5	-5.675,4	-4.139,5	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2000	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2001
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	19.414,1	17.763,4	20.025,3	19.225,6	20.188,8	21.909,6	28.247,7	19.255,9	21.656,8	19.650,8	22.438,0	23.340,1	21.303,4
I.1 - Recolhimento Bruto	13.758,6	11.907,9	13.906,3	13.625,6	14.056,6	16.226,4	19.294,7	13.077,6	15.789,3	13.640,3	15.976,7	17.120,9	14.866,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-52,6	-87,6	-112,6	-72,9	-63,2	-69,7	-71,7	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	725,7	507,6	1.035,6	659,0	1.151,2	652,9	723,3	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	148,9	483,1	150,6	137,9	199,8	166,8	238,6	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9
I.5 - Receita do Salário Educação	104,0	108,1	103,7	118,8	118,8	113,9	113,9	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.725,2	4.840,6	4.937,7	4.752,8	4.720,7	4.813,7	7.940,9	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,3	3,6	3,9	4,4	4,9	5,7	8,2	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0
II. DESPESAS	21.290,5	20.247,5	21.565,0	19.321,3	24.296,1	22.906,3	30.517,9	23.315,3	19.961,5	18.504,3	23.467,7	23.973,4	25.068,1
II.1 - Liberações Vinculadas	3.579,6	3.450,1	4.049,6	3.902,6	3.956,3	4.350,2	4.103,9	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.395,7	2.279,0	2.538,0	2.557,9	2.707,6	2.930,6	3.236,3	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	266,1	148,9	291,3	155,6	153,6	390,9	189,6	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	274,0	274,4	551,4	481,0	389,5	292,2	194,8	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5
II.1.4 - Outras Vinculações	643,9	747,7	668,8	708,1	705,6	736,5	483,2	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9
II.2 - Liberações Ordinárias	17.710,9	16.797,3	17.515,4	15.418,6	20.339,8	18.556,2	26.413,9	17.947,1	15.398,4	14.624,7	19.064,1	19.022,1	20.622,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.203,5	4.780,2	4.221,9	4.303,6	4.298,1	4.495,1	7.763,5	5.703,6	4.759,6	4.895,5	4.871,9	5.180,6	6.518,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.026,6	670,8	802,7	652,8	3.489,2	936,6	925,7	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8
i) Dívida Contratual Interna	217,7	217,2	205,0	250,9	715,9	164,2	233,1	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6
ii) Dívida Contratual Externa	808,8	453,6	597,8	401,9	2.773,3	772,5	692,6	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.019,6	2.416,2	3.755,7	1.559,4	3.031,7	3.032,6	883,5	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.239,3	5.611,7	4.886,9	5.234,0	5.295,5	6.327,1	9.765,9	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.089,8	3.124,7	3.354,5	3.402,8	4.030,9	3.561,7	6.538,6	2.586,6	2.431,1	4.014,5	3.310,3	3.760,2	3.522,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	132,1	193,7	493,8	266,0	194,5	203,0	536,6	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-1.876,4	-2.484,1	-1.539,7	-95,7	-4.107,3	-996,7	-2.270,1	-4.059,4	1.695,3	1.146,5	-1.029,7	-633,3	-3.764,7
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	15.811,7	22.163,8	30.527,6	14.141,3	20.692,9	19.875,1	12.911,1	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	14.097,9	17.586,4	23.875,6	12.370,3	17.294,1	12.213,4	9.669,4	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.713,9	4.577,5	6.652,0	1.771,0	3.398,7	7.661,7	3.241,7	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1
V. DESPESAS	17.602,6	19.567,4	33.758,3	17.231,4	25.669,2	28.745,1	6.217,3	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	14.788,4	18.433,6	33.175,8	16.492,4	23.461,6	28.037,7	3.268,2	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	2.814,2	1.133,9	582,5	738,9	2.207,5	707,4	2.949,1	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6
V.2.1 - Dívida Interna	326,6	347,6	310,7	460,7	1.716,7	417,3	341,1	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9
V.2.2 - Dívida Externa	2.487,6	786,3	271,8	278,3	490,9	290,1	2.608,0	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-690,6	-847,2	-9.300,2	-4.122,1	-6.167,5	-15.824,3	6.401,2	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	4.282,2	14.081,0	-1.208,6	-1.870,3	-13.666,2	-7.449,5	10.940,1	-5.827,7	4.596,9	9.914,6	1.967,3	26.540,3	-1.255,3

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jun/2001	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2001
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	12.869,5	18.329,1	8.066,8	4.454,1	1.222,6	6.851,1	10.198,7	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0
I.1. Emissão de Títulos	12.102,6	17.393,5	7.070,3	3.065,7	0,0	5.807,5	9.099,6	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	686,2	868,5	934,6	1.315,6	1.156,7	990,1	1.076,4	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	80,7	67,1	62,0	72,9	65,9	53,5	22,7	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	4.920,0	4.360,4	4.505,1	3.138,7	5.805,2	4.433,9	3.682,3	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6
II.1. Resgate de Títulos	4.757,1	4.151,6	4.266,3	2.959,6	5.384,6	4.053,4	3.346,6	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6
II.2. Encargos da DPMF	162,9	208,9	238,7	179,1	420,6	380,5	335,7	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0
III. RESULTADO (I - II)	7.949,5	13.968,7	3.561,8	1.315,5	-4.582,6	2.417,2	6.516,4	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4



TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jun/2000	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2001
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	10,6	8,0	6,5	5,5	8,4	11,7	14,4	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	6,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	4,6	42,2	245,8	63,8	53,5	37,1	15,5	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	4,3	41,3	235,6	59,1	31,2	13,6	-6,2	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,7	10,0	4,4	22,1	23,3	21,5	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	21,3	40,4	59,2	19,7	15,6	18,5	19,4	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	26,6	60,2	18,6	125,2	34,7	55,9	268,5	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,3	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6
VII. TOTAL	63,1	150,7	336,6	214,2	112,1	123,2	329,1	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Jun/2000	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2001
I. DÍVIDA INTERNA	106.491,1	105.926,7	100.978,1	102.723,2	99.908,4	93.658,8	100.172,0	91.832,2	90.389,6	94.209,2	97.744,4	86.342,6	91.004,6
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6
Dívida Bancária	39.887,2	39.964,4	40.065,0	40.205,1	40.227,1	40.317,3	40.343,3	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	23.472,1	23.923,0	21.391,3	21.134,8	18.901,9	18.755,8	18.739,6	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	15.514,3	14.189,1
CVS	8.260,5	8.261,4	6.641,2	6.680,3	6.752,7	6.733,3	6.733,7	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.766,6	2.767,9	2.732,0	2.702,8	2.638,3	2.610,2	2.550,9	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8
Certificados de Privatização	40,6	38,8	38,9	38,9	38,9	39,0	39,0	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3
INSS	-9.799,6	-9.890,4	-9.983,7	-10.124,4	-10.194,2	-10.231,9	-10.244,6	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7
Lei 7.976/89	-10.006,2	-9.772,4	-9.896,7	-9.964,5	-10.227,5	-10.324,1	-10.058,1	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6
Bônus Renegociação	-16.295,6	-17.414,0	-17.922,9	-18.179,5	-18.231,6	-18.726,5	-18.667,6	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9
Lei 8.727/93	-43.866,5	-43.968,5	-44.098,9	-44.283,3	-44.330,5	-44.441,0	-44.482,5	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9
Lei 9.496/97	-129.701,0	-128.906,8	-132.694,3	-135.812,2	-135.339,5	-136.013,8	-136.730,7	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-16.804,4	-17.048,1	-17.442,2	-17.825,2	-17.915,9	-17.999,7	-18.099,6	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8
Receíveis das Estatais	-26.247,3	-26.210,4	-21.603,3	-22.222,8	-22.648,7	-22.885,6	-18.872,3	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.648,9
Outros	-23.868,4	-23.786,0	-24.269,1	-24.141,9	-23.877,1	-23.855,6	-23.533,2	-23.687,9	-23.826,4	-24.162,5	-24.177,1	-24.249,6	-24.193,9
Fat	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4
Demais Entidades	-20.197,4	-20.466,6	-20.825,6	-21.148,6	-21.576,8	-22.241,1	-22.508,8	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.469,3
Créditos das Operações Oficiais	-9.449,5	-9.415,4	-9.972,6	-10.242,4	-10.534,8	-9.869,7	-10.005,1	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1
Arrecadação a Recolher	-2.297,0	-3.584,0	-2.624,0	-2.438,0	-3.707,0	-2.768,0	-292,0	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.900,7
II. DÍVIDA EXTERNA	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.829,1
Dívida Mobiliária	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7
Títulos Depositados em Garantias	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3
Dívida Contratual	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.412,9
Disponibilidades	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	230.830,1	230.620,9	228.358,6	231.029,3	233.101,4	229.607,1	237.352,9	234.109,6	237.537,6	247.626,9	256.273,3	260.092,2	255.833,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,4%	22,1%	21,6%	21,8%	21,8%	21,3%	21,8%	21,3%	21,4%	22,1%	22,6%	22,7%	22,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/2000	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2001
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	94.501,7	95.198,3	97.331,3	97.784,9	101.421,9	103.813,1	105.519,3	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	59.296,8	57.728,5	49.463,2	49.732,6	50.797,5	51.888,0	51.776,8	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6
Brazil Investment Bond (BIB)	1.434,0	1.348,8	1.246,4	981,9	1.016,7	788,9	787,2	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3
Interest Due and Unpaid (IDU)	1.487,3	1.466,5	1.506,6	1.523,4	1.577,4	1.619,2	1.615,7	-	-	-	-	-	-
Par Bond (PB)	6.506,1	6.415,0	5.427,3	5.487,7	5.682,1	5.832,7	5.820,2	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0
Discount Bond (DB)	6.753,9	6.659,4	6.247,7	6.317,3	6.541,1	6.714,4	6.700,0	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	2.974,9	2.787,7	1.163,4	1.176,3	1.218,0	1.250,3	1.247,6	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	14.747,7	14.541,2	12.859,2	13.002,3	13.110,2	13.457,7	13.428,9	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0
Debt Conversion Bond (DCB)	14.381,6	14.180,2	11.631,8	11.758,3	12.174,8	12.496,3	12.469,5	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7
New Money Bond (NMB)	4.030,3	3.776,5	3.271,7	3.308,1	3.425,2	3.516,0	3.508,5	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0
Eligible Interest (EI)	6.981,1	6.553,2	6.109,1	6.177,1	6.052,0	6.212,4	6.199,1	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	35.204,9	37.469,8	47.868,2	48.052,3	50.624,3	51.925,1	53.742,5	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1
Bônus Samurai	508,7	485,7	511,9	510,6	524,1	531,3	511,5	507,0	522,0	-	-	-	-
Bônus Global	1.350,0	1.331,1	1.367,6	1.382,8	1.431,8	1.469,7	1.466,6	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7
Bônus Marco Alemão 2007	894,8	882,2	906,4	916,5	948,9	873,9	939,7	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8
Bônus Paralel Franco	261,5	250,6	246,8	248,2	246,9	260,6	280,2	280,5	291,1	291,1	295,4	304,4	298,7
Bônus Paralel Florim	311,4	298,4	293,9	295,5	294,0	310,3	333,6	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5	355,6
Bônus Paralel Xelim	253,9	250,4	257,2	260,1	269,3	248,4	267,1	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8
Bônus Global 2027	6.300,0	6.211,8	6.381,9	6.453,0	6.681,5	6.858,6	6.843,9	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2
Bônus EuroIra	677,8	668,3	686,6	694,3	718,9	711,9	712,6	712,6	731,1	739,6	750,4	773,5	758,9
Bônus Eurosterling 2007	410,2	399,6	396,5	408,7	415,4	419,6	438,7	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0
Bônus Euro 2003	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8
Bônus Global 2008	671,1	661,7	679,8	687,4	711,7	655,5	704,8	705,5	723,2	732,2	743,0	765,8	751,3
Bônus Marco Alemão 2008	2.250,0	2.218,5	2.279,3	2.304,6	2.386,3	2.449,5	2.444,3	2.463,9	2.556,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1
Bônus Global 2004	5.400,0	5.324,4	5.470,2	5.531,1	5.727,0	5.878,8	5.866,2	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7
Bônus Euro 2002	1.375,2	1.317,7	1.297,9	1.305,3	1.298,6	1.370,4	1.473,4	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9
Bônus Euro 2004	859,5	823,6	811,2	815,8	811,6	856,5	920,9	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8
Bônus Global 2009	3.600,0	3.549,6	3.646,8	3.687,4	3.818,0	3.919,2	3.910,8	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8
Bônus Euro 2006	1.203,3	1.153,0	1.424,2	1.142,1	1.136,3	1.199,1	1.289,2	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5
Bônus Euro 2001	1.031,4	988,3	973,4	978,9	974,0	1.027,8	1.105,0	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2
Bônus Global 2020	1.800,0	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9
Bônus Euro 2010	1.289,2	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7
Bônus Global 2030	2.880,0	2.839,7	2.917,4	2.949,9	3.054,4	3.135,4	3.128,6	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8
Bônus Samurai 2003	1.017,5	971,5	1.023,9	1.021,1	1.048,3	1.062,6	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9
Bônus Euro 2005	-	1.235,3	1.216,8	1.223,7	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	2.501,7	2.454,5
Bônus Global 2007	-	1.774,8	1.823,4	1.843,7	1.909,0	1.959,6	1.955,4	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	3.277,1	3.457,4
Bônus Global 2040	-	-	9.403,8	9.508,5	9.845,3	10.106,3	10.084,6	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1
Bônus Euro 2007	-	-	-	-	1.217,5	1.284,7	1.381,3	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7
Bônus Samurai 2006	-	-	-	-	-	-	1.023,0	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,5	1.106,9
Bônus Global 2006	-	-	-	-	-	-	-	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4
Bônus Euro 2011	-	-	-	-	-	-	-	1.843,7	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6
Bônus Global 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5
Bônus Samurai 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9
Bônus Global 2005	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.360,0	2.304,9
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.504,1	-4.542,8	-4.816,4	-4.707,2	-4.368,6	-4.589,5	-4.674,9	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3
III. DÍVIDA CONTRATUAL	35.290,8	34.990,8	35.841,9	36.092,9	37.028,8	37.711,1	37.274,7	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.412,9
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2
V. TOTAL (I+II+III+IV)	124.339,1	124.694,2	127.380,5	128.306,1	133.193,0	135.948,3	137.180,9	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.829,1
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	12,1%	12,0%	12,1%	12,1%	12,4%	12,6%	12,6%	12,9%	13,3%	13,7%	14,0%	15,2%	14,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jun/2000	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2001
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	492.767,4	509.864,8	516.609,4	523.275,0	525.036,8	521.192,5	528.502,9	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6
I. Dívida com Mercado	390.144,3	392.328,1	392.672,8	399.816,7	402.309,9	397.808,4	398.862,8	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6
LTN	65.432,2	68.607,6	72.461,4	77.352,9	79.522,0	74.508,5	75.438,0	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6
LFT	206.642,7	206.883,1	199.262,0	202.021,7	201.706,1	202.450,3	204.850,2	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6
LFT-A	18.506,7	18.821,6	18.978,7	19.101,7	19.237,3	19.360,0	19.478,4	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2
LFT-B	35.967,3	35.073,4	36.014,6	36.229,3	36.401,4	36.470,4	36.530,1	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2
LFT-E	1.384,7	1.349,7	1.368,7	1.039,9	1.053,3	1.030,5	914,1	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1
NTN-A	7.451,3	7.382,9	7.622,6	7.975,3	8.397,9	8.884,1	8.874,0	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5
NTN-C	4.335,6	4.641,1	5.343,6	5.913,5	6.454,0	6.805,3	7.022,5	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6
NTN-D	23.811,2	22.743,1	22.170,3	20.486,9	19.733,8	18.058,1	15.000,5	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9
NTN-H	2.071,7	2.074,9	2.078,5	2.082,0	2.083,7	2.383,3	2.386,4	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1
NTN-I	1.302,3	1.331,1	1.321,9	1.292,9	1.449,5	1.528,3	1.782,7	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7
NTN-P	10.690,1	10.760,3	10.834,6	10.927,2	10.999,0	11.042,5	11.109,3	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3
CFT-A	8.610,8	8.796,1	11.282,0	11.418,5	11.353,9	11.306,7	11.418,6	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4
CFT-D	2.024,5	1.961,0	1.948,5	1.960,6	1.967,4	1.963,5	1.948,0	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2
Demais	1.913,2	1.902,4	1.985,5	2.014,3	1.950,5	2.016,9	2.110,0	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2
II. Dívida com BACEN	102.623,1	117.536,7	123.936,6	123.458,3	122.726,9	123.384,0	129.640,1	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1
LTN	27.400,9	34.293,2	39.910,4	39.043,9	37.594,7	34.414,4	37.245,7	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5
LFT	16.902,2	24.053,6	24.348,5	24.332,9	24.620,2	28.081,3	31.186,1	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0
LFT-A	56.689,1	57.060,9	57.490,4	57.814,5	58.176,5	58.497,6	58.804,7	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1
NTN-A	1.626,8	1.528,3	1.584,3	1.663,0	1.730,4	1.784,9	1.797,1	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3
NTN-D	-	-	-	-	-	-	-	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2
Demais	4,0	600,6	603,0	603,9	605,2	605,9	606,5	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0
Dívida Mercado/PIB	37,9%	37,6%	37,2%	37,7%	37,6%	36,8%	36,6%	36,3%	36,1%	36,5%	36,4%	35,5%	36,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jun/2000	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2001
I. INTERNA	-69.744,9	-71.360,8	-72.055,3	-72.621,2	-73.953,7	-75.489,3	-76.111,5	-78.348,8	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.396,8
Dívida contratual	627,9	622,2	622,2	628,4	638,7	638,4	714,0	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0
FAT	-49.547,5	-50.894,2	-51.229,7	-51.472,5	-52.376,9	-53.248,2	-53.602,7	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4
Aplicações financeiras	-2.603,7	-2.693,2	-2.781,0	-2.750,6	-2.858,9	-2.383,0	-2.388,7	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1
Fundos Regionais	-12.245,6	-12.397,4	-12.623,3	-12.828,6	-13.040,8	-13.222,0	-13.429,8	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.792,0
Demais	-5.976,0	-5.998,2	-6.043,6	-6.197,8	-6.315,8	-7.274,4	-7.404,2	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2
II. EXTERNA	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2
Disponibilidades	-949,3	-952,1	-976,3	-864,5	-889,0	-986,3	-938,2	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-70.694,1	-72.312,9	-73.031,6	-73.485,7	-74.842,7	-76.475,6	-77.049,8	-79.260,2	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.383,9
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-6,9%	-7,0%	-7,1%	-7,1%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,1%	-7,2%	-7,2%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em junho, foram 13,2% menores que os valores distribuídos no mês de maio/2001. Contribuiu para esse resultado, a liberação do 1º lote da restituição do Imposto de Renda — Pessoa Física no valor de R\$ 800,0 milhões e a menor arrecadação do IPI e do Imposto de Renda classificada no período-base (21 de maio a 20 de junho/01).

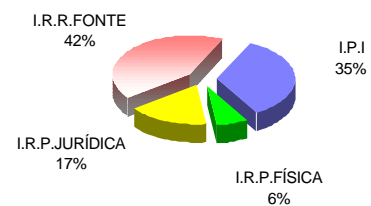
Em relação ao mesmo mês de 2000, o FPM e o FPE apresentaram um acréscimo nominal de 31,8%. A expectativa é de que no ano de 2001, o FPM e o FPE tenham, em relação ao ano de 2000, um crescimento de 8,0%, em termos nominais.

As transferências por conta do IPI apresentaram, em junho, acréscimo de 17,6% em comparação aos valores transferidos no mês de maio/2001. Relativamente a junho/00, observou-se um aumento nominal de 30,7%. A estimativa anual de variação do IPI em relação a 2000 é, em termos nominais, de um crescimento de 7,0%.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em junho, os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

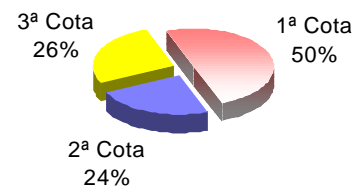
DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/01 MAI/01	JUN/01 JUN/00	JAN A JUN/01 JAN A JUN/00
2000	1.076,5	1.327,1	7.707,7	-	-	-
2001	1.419,7	1.636,2	8.891,2	-13,2%	+31,8%	+ 15,3%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/01 MAI/01	JUN/01 JUN/00	JAN A JUN/01 JAN A JUN/00
2000	1.028,6	1.268,1	7.311,4	-	-	-
2001	1.356,6	1.563,5	8.496,0	-13,2%	+31,8%	+ 16,2%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO

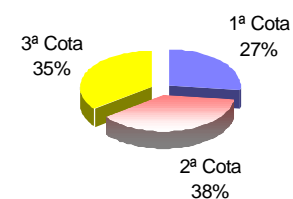


PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 611/00, de 18.12.00 (DOU de 21.12.00) os créditos no mês de **junho** foram efetuados nas seguintes datas: **08/06, 20/06 e 29/06**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUN	- 25,0 %	- 13,2 %	- 25,0 %	- 13,2 %	- 0,5 %	+ 17,6 %

IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de maio a 20 de junho, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Mai.	534,4	2.496,8	3.031,2						
JUN/2001				JUN/2001	6.206,4	1.134,2	1.187,0	164,9	438,7
1º Dec./Jun.	724,7	781,6	1.506,3	3º Dec./Mai.	3.031,2	553,9	579,7	45,4	208,1
2º Dec./Jun.	680,5	988,6	1.669,0	1º Dec./Jun.	1.506,3	275,3	288,1	61,6	110,3
3º Dec./Jun.	515,1	2.331,9	2.847,0	2º Dec./Jun.	1.669,0	305,0	319,2	357,8	120,4

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP(1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	6.631,76	39.447,55	4,65	8.173,22
AL	28.628,04	47.970,12	64,09	13.904,78
AM	16.045,79	32.176,11	3.801,87	9.631,87
AP	4.563,06	39.343,78	39,01	7.937,12
BA	109.315,51	108.347,59	8.706,59	41.611,46
CE	61.710,15	84.601,80	1.803,69	26.867,24
DF	2.904,92	7.958,70	9,36	2.281,27
ES	21.409,09	17.296,50	8.449,07	10.247,59
GO	44.901,34	32.783,79	1.026,12	14.529,81
MA	48.778,55	83.233,07	2.480,94	24.485,54
MG	157.258,10	51.364,84	24.944,10	46.994,65
MS	18.350,41	15.359,29	628,06	6.612,34
MT	23.350,07	26.612,40	1.123,79	10.071,29
PA	43.850,47	70.477,48	8.453,18	23.620,82
PB	38.942,82	55.220,81	361,18	16.809,55
PE (3)	62.481,77	79.566,21	1.043,83	24.321,59
PI	29.900,55	49.830,07	180,22	14.236,95
PR	82.175,90	33.246,18	15.127,62	27.551,97
RJ	36.616,35	17.615,91	8.357,43	13.670,92
RN	29.872,26	48.175,37	444,54	14.047,36
RO	10.893,83	32.466,69	208,16	7.800,24
RR	4.776,94	28.604,95	7,18	5.909,31
RS	81.809,49	27.153,20	27.362,86	28.718,96
SC	47.402,19	14.757,38	15.875,40	15.378,63
SE	17.411,31	47.914,77	116,89	11.660,89
SP (4)	160.035,08	11.531,00	32.661,77	49.405,22
TO	18.369,20	50.044,54	27,28	12.113,07
TOTAL	1.208.384,95	1.153.100,11	163.308,88	488.593,66

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000, Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões estão sujeitas a possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	JUL/JUN	AGO/JUL	SET/AGO
FPM/FPE/FNO/FNE/FCO	- 8,0%	+ 1,0%	+ 4,0%
IPI-EXP	- 15,0%	+ 9,0%	+ 2,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 2000, é a seguinte:

Fundo	2001/2000
FPM	+ 8,0 %
FPE	+ 8,0 %
IPI-EXP	+ 7,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Ago/2000	27/09/00	Jan/2001	23/02/01
Set/2000	24/10/00	Fev/2001	23/03/01
Out/2000	23/11/00	Mar/2001	26/04/01
Nov/2000	27/12/00	Abr/2001	31/05/01
Dez/2000	29/01/01	Mai/2001	28/06/01

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Tel: (061) 412-3116 / 412-3117

Fax: (061) 412.1559

JUNHO/2001

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de junho apresentaram um decréscimo de 13,5% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para isso, basicamente, o desempenho, em termos globais, dos recursos originários dos Fundos de Participação e do ICMS. A Complementação da União referente ao mês de junho foi creditada aos beneficiários em 02 de julho de 2001.

R\$ Mil

Origens	Maio	Partic.	Junho	Partic.	Jun/ Mai
FPM	243.402,3	13,1%	211.407,0	13,2%	-13,2%
FPE	234.527,8	12,7%	203.650,7	12,7%	-13,2%
IPI-EXP	24.503,0	1,3%	28.844,9	1,8%	17,7%
LC 87/96 LC 102/00	44.644,5	2,4%	44.691,1	2,8%	0,1%
Compl. União	34.307,4	1,9%	0,0	0,0%	-
ICMS	1.271.012,1	68,6%	1.113.912,8	69,5%	-12,4%
Total	1.852.397,1	100%	1.602.506,5	100%	-13,5%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF

PORTARIA MF Nº 197 DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO 2001

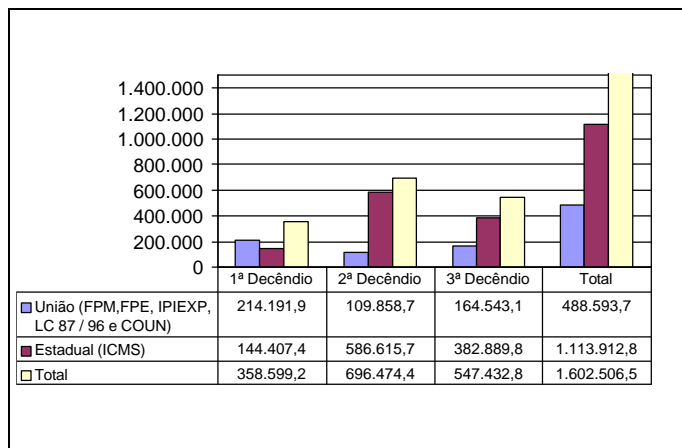
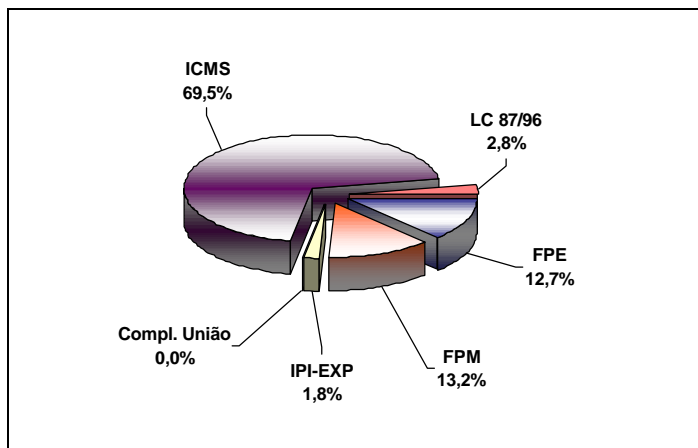
Portaria MF nº 197, de 29 de junho de 2001, publicada no D.O.U. de 02.07.2001, que estabelece a reestimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2001 dos recursos do FUNDEF.

ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MÊS							
JANEIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
FEVEREIRO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MARÇO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
ABRIL	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
MAIO	523.210	13.176.481	2.021.513	10.064.017	6.164.203	2.357.972	34.307.396
JUNHO	0	23.591.801	1.731.047	14.532.671	8.810.129	2.281.278	50.946.926
JULHO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
AGOSTO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
SETEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
OUTUBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
NOVEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
DEZEMBRO	0	23.591.799	1.731.048	14.532.674	8.810.126	2.281.277	50.946.924
TOTAL	2.616.050	231.025.000	22.224.900	152.048.800	92.491.900	27.758.800	528.165.450

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JUNHO/2001 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	6.961,3	1.170,3	0,8	0,0	40,8	1.641,0	9.814,3	71,3	432,4
AL	667.007	8.465,3	5.052,0	11,3	0,0	376,2	6.787,2	20.692,0	31,0	201,9
AM	630.642	5.678,1	2.831,6	670,9	0,0	451,2	20.918,3	30.550,2	48,4	284,0
AP	116.231	6.943,0	805,2	6,9	0,0	182,0	1.340,4	9.277,5	79,8	502,7
BA	3.527.787	19.120,2	19.291,0	1.536,5	0,0	1.663,9	52.114,9	93.726,4	26,6	179,3
CE	1.698.971	14.929,7	10.890,0	318,3	0,0	729,2	27.189,9	54.057,1	31,8	197,7
DF(2)	321.563	1.404,5	512,6	1,7	0,0	362,5	0,0	2.281,3	7,1	43,4
ES	542.389	3.051,9	3.796,5	1.490,8	0,0	1.908,4	24.459,0	34.706,6	64,0	360,6
GO	1.044.232	5.802,3	7.946,9	181,5	0,0	599,1	32.096,9	46.626,7	44,7	261,3
MA	1.544.447	14.688,2	8.608,0	437,8	0,0	751,6	8.082,8	32.568,3	21,1	167,6
MG	3.433.497	9.064,4	27.751,4	4.401,9	0,0	5.777,0	109.954,7	156.949,3	45,7	273,3
MS	420.557	2.710,5	3.238,3	110,8	0,0	552,7	16.092,9	22.705,2	54,0	307,4
MT	576.334	4.788,1	4.199,1	199,9	0,0	884,2	17.363,3	27.434,5	47,6	273,7
PA	1.546.627	12.437,2	7.738,3	1.491,7	0,0	1.953,6	16.404,4	40.025,2	25,9	184,7
PB	814.623	9.744,8	6.872,3	63,7	0,0	128,7	10.375,5	27.185,0	33,4	215,3
PE	1.579.456	14.041,1	9.491,7	184,2	0,0	604,5	27.854,4	52.176,0	33,0	201,9
PI	723.848	8.793,5	5.276,6	31,8	0,0	135,0	5.797,2	20.034,1	27,7	185,4
PR	1.573.083	5.867,0	14.501,6	2.669,6	0,0	4.513,8	58.435,7	85.987,7	54,7	320,0
RJ	2.008.289	3.108,7	6.461,7	1.474,8	0,0	2.625,7	119.458,9	133.129,8	66,3	395,2
RN	594.181	8.522,4	5.284,0	78,4	0,0	162,5	10.437,6	24.485,0	41,2	250,0
RO	301.839	5.729,4	1.922,4	36,7	0,0	111,6	5.812,7	13.613,0	45,1	284,9
RR	78.462	5.047,9	843,0	1,3	0,0	17,1	1.435,3	7.344,6	93,6	588,5
RS	1.596.324	4.825,0	14.517,0	4.852,6	0,0	4.524,3	65.995,7	94.714,6	59,3	408,1
SC	908.259	2.604,2	8.365,1	2.801,5	0,0	1.607,8	40.922,0	56.300,6	62,0	371,4
SE	395.309	8.455,5	3.072,6	20,6	0,0	112,1	6.974,1	18.635,0	47,1	292,8
SP	5.486.865	2.034,9	27.726,2	5.763,8	0,0	13.880,3	421.668,9	471.074,1	85,9	500,8
TO	323.383	8.831,4	3.241,6	4,8	0,0	35,2	4.299,3	16.412,3	50,8	306,3
Total	32.591.935	203.650,7	211.407,0	28.844,9	0,0	44.691,1	1.113.912,8	1.602.506,5	49,2	301,0

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 2.188, de 28.12.2000 (DOU de 29.12.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios (4) A parcela da complementação da União destinada ao estado da Paraíba, conforme Portaria MF nº 27/01 de 30.01.01 não foi creditada por falta de dotação orçamentária específica para a finalidade.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.